INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL[1]

Eduarda Bezerra Costa[2]
Aline Groff Vivian[3]

RESUMO

A deficiência intelectual (DI) é definida como limitações na capacidade de aprendizagem, no comportamento adaptativo e nas habilidades conceituais, sociais e práticas. Este artigo tem como foco o estudo das intervenções psicológicas no desenvolvimento de crianças com deficiência intelectual. O objetivo principal é explorar como essas intervenções influenciam o desenvolvimento cognitivo das crianças e identificar as dificuldades enfrentadas durante a implementação das mesmas. Através de uma revisão integrativa da literatura, o trabalho busca identificar alternativas eficazes e adaptadas às necessidades individuais de cada criança, superando barreiras de acesso e implementação. Foram analisados 19 artigos que proporcionam uma visão ampla sobre a temática, abrangendo desde estratégias de intervenções psicológicas e familiares até questões pedagógicas e sociais. Os resultados foram analisados à luz da literatura sobre o tema e organizados em categorias.

Palavras-chave: Intervenções psicológicas; deficiência intelectual; psicologia infantil; infância.

ABSTRACT

Intellectual disability (ID) is defined as limitations in learning capacity, adaptive behavior, and conceptual, social, and practical skills. This article focuses on the study of psychological interventions in the development of children with intellectual disabilities. The main objective is to explore how these interventions influence the cognitive development of children and identify the difficulties faced during their implementation. Through an integrative literature review, the work seeks to identify effective alternatives adapted to the individual needs of each child, overcoming barriers to access and implementation. Nineteen articles were analyzed, providing a broad view of the topic, ranging from psychological and family intervention strategies to pedagogical and social issues. The results were analyzed in light of the literature on the topic and organized into categories.

Keywords: Psychological interventions; intellectual disability; child psychology; childhood.

---

[1] Trabalho de Conclusão do Curso, como requisito parcial para obtenção do título de bacharela em Psicologia pela Universidade La Salle Canoas.

[2] Discente do Curso Psicologia da Universidade La Salle. E-mail: eduarda.202010451@unilasalle.edu.br

[3] Psicóloga. Doutora em Psicologia. Professora Orientadora do Trabalho de Conclusão na Universidade La Salle Canoas. E-mail: aline.vivian@unilasalle.edu.br. Data de entrega: 03 dez. 2024.

INTRODUÇÃO

A Deficiência intelectual (D.I.) ou atraso mental é o termo usado para uma pessoa que apresenta certas limitações no seu funcionamento mental e no desempenho de tarefas como as de comunicação, cuidado pessoal e de relacionamento social. Essas limitações provocam uma maior lentidão na aprendizagem e no desenvolvimento dessas pessoas (ALMEIDA, 2012). O conceito de deficiência intelectual passou por diversas mudanças ao longo dos anos, e tem evoluído ao longo do tempo com várias definições e terminologias, como oligofrenia, retardo mental e deficiência intelectual. Historicamente, o termo "retardo mental" era amplamente utilizado, mas o termo "deficiência intelectual" tem sido preferido nas últimas décadas devido ao seu enfoque mais positivo e centrado na pessoa (Schalock et al., 2010).

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5-TR), a deficiência intelectual é diagnosticada com base na presença de deficiências no funcionamento intelectual geral e no comportamento adaptativo, que surgem durante o período de desenvolvimento (American Psychiatric Association, 2014). A deficiência intelectual é classificada em diferentes níveis de severidade, sendo leve, moderada, severa e profunda, dependendo da capacidade de aprendizagem e da necessidade de suporte (American Association on Intellectual and Developmental Disabilities, 2019).

No DSM-5-TR (2022), o Quociente de inteligência (QI) deixou de ser o principal critério para o diagnóstico, que agora se baseia no nível de funcionamento adaptativo, englobando os domínios social, conceitual e as habilidades práticas. Os déficits nas funções intelectuais são confirmados por meio de avaliação clínica e testes de inteligência padronizados e individualizados, aplicados a partir dos 5 anos de idade. De acordo com o DSM-5-TR (2022), a deficiência intelectual tem uma prevalência geral na população como um todo de cerca de 1%, com variações em decorrência da idade. A prevalência de deficiência intelectual grave é de cerca de 6 por 1.000.

Quanto aos fatores de risco e prognóstico, o DSM-5-TR (2022), aponta que os fatores genéticos e fisiológicos, tais como patologias pré-natais incluem síndromes genéticas (p. ex., variações na sequência ou variações no número de cópias envolvendo um ou mais genes; problemas cromossômicos), erros inatos do metabolismo, malformações encefálicas, doença materna (inclusive doença placentária) e influências ambientais (p. ex., álcool, outras drogas, toxinas, teratógenos). Causas perinatais incluem uma gama de eventos no trabalho de parto e no nascimento que levam a encefalopatia neonatal. Causas pós-natais incluem lesão isquêmica hipóxica, lesão cerebral traumática, infecções, doenças desmielinizantes, doenças convulsivas (p. ex., espasmos infantis), privação social grave e crônica, síndromes metabólicas tóxicas e intoxicações (p. ex., chumbo, mercúrio).

A implementação eficaz de intervenções psicológicas enfrenta diversos desafios, como questões de acesso aos serviços especializados, adaptação nas diversas áreas de ensino, até a necessidade de adaptação constante às necessidades individuais de cada criança. O estudo realizado por Balbueno (2023), sugere a importância de abordagens interdisciplinares que considerem tanto os aspectos educacionais quanto os emocionais e comportamentais na definição de intervenções eficazes.

A literatura sobre intervenções psicológicas para o desenvolvimento de crianças com deficiência intelectual aponta para uma abordagem multifacetada, combinando técnicas que englobam aspectos cognitivos, emocionais e sociais. Segundo Coutinho (2021), o uso de práticas psicopedagógicas associadas a atividades terapêuticas especializadas aparece como uma estratégia promissora para o alcance de melhores resultados cognitivos. Essas intervenções são conduzidas com o objetivo de fomentar não apenas habilidades específicas de aprendizagem, mas também o bem-estar geral das crianças envolvidas.

O trabalho de Coutinho (2021) evidencia a necessidade de estratégias adaptadas, sublinhando que as práticas psicopedagógicas devem ser orientadas por evidências que considerem os distintos perfis de cognição e interação social dessas crianças. Isso reforça a importância de práticas interventivas que integrem diferentes abordagens terapêuticas, ajustando-se às particularidades de cada caso de modo a contribuir para o desenvolvimento cognitivo e emocional.

Uma das estratégias propostas para superar essas dificuldades é o reforço da formação contínua de profissionais e a implementação de políticas que promovam ambientes integrados de aprendizagem e terapêutica. A inclusão de familiares e cuidadores nos programas de intervenção também é uma prática chave. Segundo Batista (2023), o apoio emocional e a cooperação das famílias são fundamentais para maximizar o impacto positivo dessas intervenções.

Diversos modelos teóricos foram desenvolvidos para entender e abordar a deficiência intelectual. O modelo biomédico foca na identificação de causas orgânicas e genéticas da deficiência, como mutações genéticas, síndromes e lesões cerebrais. Por outro lado, o modelo biopsicossocial considera não apenas as deficiências, mas também como fatores sociais e ambientais influenciam o desenvolvimento e a qualidade de vida do indivíduo (World Health Organization, 2001).

O modelo ecológico de Bronfenbrenner (1979) é particularmente útil para compreender a deficiência intelectual em contextos diversos. Este modelo enfatiza a interação entre o indivíduo e vários sistemas sociais, como a família, a escola e a comunidade, e como essas interações afetam o desenvolvimento e a adaptação. Aplicando este modelo, é possível ver que as necessidades das pessoas com deficiência intelectual podem ser atendidas mais eficazmente por meio de abordagens que envolvem múltiplas esferas de apoio.

Outro ponto relevante na literatura é a integração familiar nos processos de intervenção. Estudos realizados por Miotto (2020) enfatizam que a participação ativa da família não só apoia o progresso da criança, mas também fortalece o entorno emocional e afetivo, vital para o desenvolvimento infantil saudável. Envolver a família nas terapias garante um suporte contínuo, essencial para a manutenção das habilidades adquiridas.

A literatura também debate sobre a aplicação de técnicas lúdicas nas intervenções, que, segundo Bataglion (2020), são cruciais para engajar as crianças e facilitar o aprendizado. Atividades lúdicas proporcionam um contexto em que as crianças se sentem motivadas a participar, tornando o aprendizado mais acessível e divertido. Segundo Oliveira et al. (2020), é imperativo que as práticas adotadas sejam flexíveis e adaptáveis, procurando sempre incorporar novas evidências científicas e abordagens práticas na rotina terapêutica. A pesquisa contínua e a adaptação são elementos chave para o sucesso das intervenções.

As barreiras às intervenções eficazes são frequentemente estruturais, como apontado por Coutinho (2021), que destaca a necessidade de políticas educacionais que integrem práticas inclusivas no currículo. Tais políticas devem ser orientadas por pesquisas baseadas em evidências e adaptadas às realidades locais, garantindo que sejam práticas e exequíveis.

Diante do exposto, justifica-se a realização de estudo sobre deficiência intelectual e intervenções, bem como inclusão nesse contexto. Para que as intervenções psicológicas sejam eficazes é necessário um esforço multidisciplinar que alie educação, psicologia e saúde. As barreiras estruturais e educacionais devem ser superadas por meio de uma prática colaborativa, onde todos os envolvidos tenham clareza e engajamento na construção de estratégias que propiciem o desenvolvimento pleno das crianças com deficiência intelectual.

Assim, o objetivo do presente estudo foi relatar as intervenções psicológicas para crianças com deficiência intelectual, especificamente abordar a inclusão de práticas e

estratégias que possam promover um desenvolvimento satisfatório para essas pessoas.

METODOLOGIA

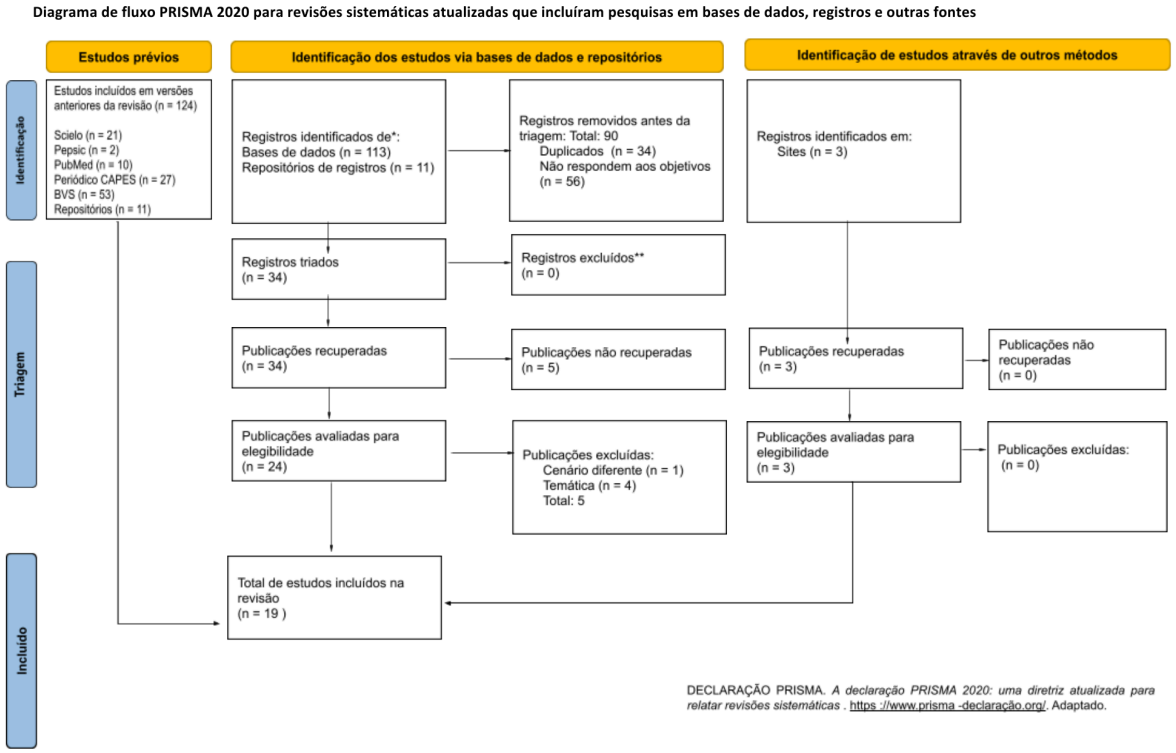
O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa de literatura científica nacional. Esse tipo de revisão, conforme Souza, Silva e Carvalho (2010), constitui-se de seis etapas: (a) elaboração das questões norteadoras; (b) busca na literatura; (c) categorização dos estudos; (d) avaliação dos estudos; (e) interpretação dos resultados e (f) síntese do conhecimento. As questões norteadoras do presente estudo são descrever intervenções psicológicas efetivas no desenvolvimento de crianças com deficiência intelectual. A seguir, as demais etapas serão detalhadas, de modo a evidenciar que todos os procedimentos metodológicos pertinentes foram observados.

Foram excluídos do presente estudo artigos que enfatizam exclusivamente em práticas pedagógicas, e mantidos apenas os que abordavam a deficiência intelectual em relação à psicologia, nos últimos cinco/dez anos. A partir das questões norteadoras, as buscas nas bases de dados foram realizadas a partir dos descritores “deficiência intelectual”, “Intervenção psicológica”, “infância”, “ psicologia infantil”. Foram localizadas 124 referências no total, sendo que as mesmas foram selecionadas a partir da leitura de seus resumos por meio da aplicação dos critérios de inclusão/exclusão preconizados anteriormente.

Os artigos selecionados foram recuperados na íntegra e submetidos a uma leitura analítica realizada de modo independente pelo primeiro autor e, em caso de dúvidas, pelo orientador do presente estudo. Os resultados oriundos dessa leitura foram organizados em uma planilha contendo seis dimensões de análise, a fim de possibilitar a categorização dos mesmos, segundo os procedimentos sugeridos por Broome (2000).

As dimensões de análise foram as seguintes: (a) base de dados; (b) título do artigo; (c) fonte de publicação; (d) método/participantes; (e) ano de publicação; (f) autores; (g) objetivos e (h) principais resultados.

Após a aplicação dos critérios preconizados, foram selecionados 24 artigos. Em seguida, 5 foram excluídos por não estarem ligados à psicologia no contexto procurado. Os estudos escolhidos foram lidos na íntegra. Desse modo, foram efetivamente recuperados para o presente estudo 19 artigos, sendo todos artigos de revisão, os quais foram considerados pertinentes ao presente estudo por contemplarem o assunto em questão de modo abrangente. Os resultados da categorização dos artigos recuperados foram, por fim, interpretados a partir da articulação com outros estudos sobre o assunto, o que levou à síntese do conhecimento decorrente do presente estudo.



RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta a categorização dos artigos recuperados quanto a base de dados, título do artigo, periódico, método, ano de publicação e autores, sendo que, para melhor organização, cada um deles foi identificado com um número. Já na Tabela 2 e na Tabela 3 se encontram, respectivamente, a categorização dos artigos recuperados quanto a seus objetivos e principais resultados. Os dados serão discutidos à luz da literatura revisada.

Tabela 1
Categorização dos artigos recuperados quanto à base de dados, identificação, periódico científico, método, ano de publicação e autores.

(continua)

Nº	Base de dados	Título do Artigo	Periódico Científico	Método Participantes	Ano de publ.	Autores
1	Periódicos UFPR artigo	Contribuições da psicologia para o processo de inclusão da pessoa com deficiência intelectual: relato de uma experiência de estágio	Extensão em Foco	Qualitativo Teórico 14 encontros	2021	Martins, G. S. S.; Jesus, D. A.; Cruz, E. M.; Viana, B. A. e Lima, M.
2	Scielo artigo	Habilidades adaptativas sociais e conceituais de indivíduos com deficiência intelectual	Revista da escola de enfermagem da USP	Estudo descritivo 100 cuidadores, 9 professores e 100 pessoas com DI	2019	Gusmão, E. C. R.; Matos, G. S.; Alchieri, J. C. e Chianca, T. C. M.

Tabela 1

Categorização dos artigos recuperados quanto à base de dados, identificação, periódico científico, método, ano de publicação e autores.

(continuação)

Nº	Base de dados	Título do Artigo	Periódico Científico	Método Participantes	Ano de publ.	Autores
3	Scielo artigo	Práticas de Professores Frente ao Aluno com Deficiência Intelectual em Classe Regular	Prática pedagógica e deficiência intelectual	Pesquisa qualitativa 2 professoras	2015	Santos, T. C. C. Martins, L. A. R.
4	Portal de periódicos da UEM artigo	O Plano Educacional Individualizado e o estudante com deficiência intelectual: Estratégia para inclusão	Revista espaço acadêmico	Qualitativa estudantes	2018	Mascaro, C. A. A. C.
5	Id on Line artigo	Dificuldades de Aprendizagem da Criança com Deficiência Intelectual	Revista de psicologia	Qualitativa 1 estudante	2019	Lima, M. F. T. e Sobreira, M. D. P.
6	Scielo artigo	Sobre a Participação Social da Pessoa com Deficiência Intelectual	Relato de Pesquisa	Quanti-qualitativo 2 grupos	2020	Frederico, J. C.C.e Laplane, A. L. F.
7	Periódicos UNESP artigo	A prática pedagógica no atendimento educacional especializado para o aluno com DI	Revista Ibero-americana de estudos em educação	Estudo qualitativo, 1 professora	2020	Manzoli, L. P.; Batista, B. R. e Santos, C. V.
8	PePsic artigo	Adolescentes com deficiência intelectual: Intervenção da psicologia da educação	Bol. - Acad. Paul. Psicol.	Qualitativa 2 adolescentes	2024	Albertoni, A. T.; Monreal, H. A.; Camarotto, R. S.; Ikegami, T.; Acuña, J. T. e Pereira, L. L.
9	Scielo artigo	Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual	Psicol. Esc. Educ.	Quali-quantitativo 14 estudantes, 7 pais, 9 professores.	2018	Benitez, P. Domeniconi, C.
10	Scielo artigo	Avaliação das Habilidades Sociais de Crianças com Deficiência Intelectual sob a Perspectiva dos Professores	Rev. bras. educ. espec.	Quantitativa, 7 crianças e 3 professores	2017	Ferreira, E. F. Munster, M. A. V.
11	Repositório institucional FCV artigo	A família e o diagnóstico de deficiência intelectual: contribuições da psicologia e estratégias de enfrentamento	Faculdade ciências da vida	Qualitativa 1 Psicóloga	2020	Batista, D. M. Cafieiro, G. M.

Tabela 1

Categorização dos artigos recuperados quanto à base de dados, identificação, periódico científico, método, ano de publicação e autores.

(conclusão)

Nº	Base de dados	Título do Artigo	Periódico Científico	Método Participantes	Ano de publ.	Autores
12	Scielo artigo	Características pré e pós-natais de crianças e adolescentes com deficiência intelectual	Revista Cefac	Estudo descritivo 42 crianças	2019	Schäfer, A. A.; Bitencourt, L. T. G.; Cassetari, B. S.; Uggioni, E. S. e Meller, F. O.
13	Scielo artigo	Educação especial, psicologia e políticas públicas: o diagnóstico e as práticas pedagógicas	Psicol. Esc. Educ.	Clínico-qualitativo 1 aluno	2020	Kranz, C. R. e Campos, H. R.
14	Scielo artigo	Formas de Avaliação e de Intervenção com Pessoas com Deficiência Intelectual nas Escolas	Rev. Bras. Ed. Esp.	Quantitativa e qualitativa 106 professoras	2022	Fonseca, S. C.; Carvalho-Freitas, M. N. e Oliveira, M. S.
15	Scielo artigo	Habilidades Sociais de Pais, Professores e Alunos com Deficiência Intelectual em Inclusão Escolar	Rev. Bras. Ed. Esp.	Quantitativo 44 alunos,42 responsáveis e 34 professoras.	2020	Silva, E. F. e Elias, L. C. S.
16	Scielo artigo	Deficiência intelectual grave ou profunda: investigação qualitativa de estratégias maternas de enfrentamento	Psicologia em estudo	Clínico-qualitativa 15 mães	2023	Melo, D. G.; Carvalho, E. Z. N. ; Rodrigues, S. A.; Campos, C. A. e Fontanella, B. J. B.
17	Faculdade APAE Brasil artigo	A influência da intervenção precoce no processo de inclusão social	Revista Apae Ciência.	Quantitativa e qualitativa. 80 famílias de crianças	2022	Bitencourt, R. I. A. Leme, M. P. R. Neves, R. A.
18	Portal de periódicos da UEM artigo	Mapeamento das estratégias inclusivas para estudantes com deficiência intelectual e autismo	Psicologia em Estudo	Qualitativo 10 estudantes	2017	Benitez, P.; Gomes, M. L. C.; Bondioli, R. e Domeniconi, C.
19	Faculdade APAE Brasil artigo	O trabalho da psicologia dentro da apae: caminhos possíveis	Revista Apae Ciência.	Qualitativa Profissionais da APAE	2023	Marx, D. S.;Fregonesi, C. T. e Oliveira, M. A.

Tabela 2
Categorização dos artigos recuperados quanto aos objetivos

(continua)

Nº	Objetivos
1	Inserir alunos da APAE na busca de direitos e adesão da comunidade nas políticas públicas de inclusão.
2	Analisar as habilidades sociais e conceituais de pessoas com deficiência intelectual.
3	Investigar práticas pedagógicas de uma escola pública, frente a alunos com DI.
4	Discutir estratégias pedagógicas que favoreçam o processo ensino e aprendizagem do estudante com DI no contexto da escola contemporânea.
5	Estudar as causas e consequências da deficiência intelectual e relacionar com o desenvolvimento intelectual da criança.
6	Investigar as formas de participação social e escolar das pessoas com deficiência intelectual.
7	Descrever a prática pedagógica de uma professora de educação especial para desenvolver o pensamento lógico-matemático dos alunos com DI.
8	Demonstrar uma proposta de intervenção da psicologia da educação em um estágio curricular de psicologia.
9	Operacionalizar a atuação do psicólogo-pesquisador no processo de inclusão escolar de estudantes com TEA e DI.
10	Avaliar as habilidades sociais de alunos com deficiência intelectual, ante e após um programa de educação física, sob a perspectiva dos professores.
11	Identificar as contribuições da psicologia no processo adaptativo familiar a pessoa com DI.
12	Descrever características pré e pós-natais de crianças e adolescentes com deficiência intelectual.
13	Analisar políticas públicas, práticas diagnósticas e pedagógicas na educação, destacando concepções e articulações entre elas, principalmente afetas ao trabalho de psicólogos e professores.
14	Identificar as estratégias de avaliação e de intervenção realizadas nas escolas regulares e especializadas, para desenvolvimento de competências e de autonomia em alunos com DI.

Tabela 2
Categorização dos artigos recuperados quanto aos objetivos

(conclusão)

Nº	Objetivos
15	Os resultados apontaram que responsabilidade e civilidade foram as habilidades dos alunos com maiores escores segundo professoras e responsáveis, os estudos apontam a importância de programas de intervenção para a promoção de habilidades sociais no contexto da Educação Inclusiva.
16	Investigar estratégias de enfrentamento relatadas por uma amostra de mães brasileiras de filhos com deficiência intelectual grave ou profunda.
17	Avaliar como a intervenção precoce auxilia a criança com Deficiência Intelectual, Múltipla e Autismo na inclusão social.
18	Mapear as estratégias de inclusão escolar utilizadas com estudantes.
19	Delinear a atuação da psicologia, dentro do contexto da APAE, com adultos e idosos com deficiência intelectual.

Tabela 3
Categorização dos artigos recuperados quanto aos principais resultados

(continua)

Nº	Principais resultados
1	Sensibilizar e mobilizar futuros profissionais na luta pela garantia dos direitos da pessoa com deficiência.
2	Os resultados indicaram que as habilidades sociais dos alunos entre 21 e 40 anos estavam associadas à prática de jogos educativos. Quanto às habilidades conceituais, os alunos demonstraram autonomia nas atividades escolares, mas os cuidadores relataram falta de autonomia em relação a essas atividades.
3	Práticas de docentes pautadas num fazer pedagógico tradicional, utilizando poucas estratégias que possibilitem avanços na aprendizagem desses alunos.
4	Plano Educacional Individualizado como uma estratégia pedagógica que vai ao encontro de inúmeras necessidades que a escola contemporânea requer, como uma reformulação da prática docente, inserção do trabalho colaborativo, o reconhecimento de diferentes ritmos de aprendizagem, planejamento itinerário formativo dos estudantes que apresentam maiores dificuldades.

Tabela 3
Categorização dos artigos recuperados quanto aos principais resultados

(continuação)

Nº	Principais resultados
5	A criança com sindrome de down tem elevadas chances de um desenvolvimento saudável e de externar diversas potencialidades, sem distinção de outras crianças, se contar com apoio familiar, de saúde e educacional, sem preconceitos e discriminação.
6	Ampliar e formular novas políticas de participação social da pessoa com deficiência intelectual.
7	A prática pedagógica da professora está voltada para a relação professor-aluno, na interação social e na estimulação do aprendizado, visando a construção do conhecimento para a superação das dificuldades.
8	As intervenções auxiliaram os adolescentes a repensarem sua atuação em determinadas situações sociais de modo a refletirem sobre elas.
9	Relação entre educação e reabilitação cognitiva demonstrando importância do conhecimento sobre o desenvolvimento neurocognitivo para os professores que atuam com a educação de crianças com deficiência intelectual.
10	Após o programa de educação física as crianças com DI obtiveram um aumento no escore das habilidades sociais.
11	Os resultados apontaram que a psicologia contribui de forma efetiva no processo adaptativo da família diante de um diagnóstico de DI.
12	Foram estudadas 42 crianças, grande maioria das mães referiu não ter planejado a gestação e mais da metade delas relatou ter realizado parto cesárea. Além disso, cerca de um quinto dos indivíduos nasceram com baixo peso e a grande maioria deles recebeu aleitamento materno até os seis meses de idade.
13	predominância da perspectiva clínica nas políticas e nas práticas, assente em concepção individual e biológica da deficiência, para a qual o insucesso é responsabilidade do indivíduo; e também que, a partir dessa perspectiva, as mediações pedagógicas são de baixa qualidade, infantilizadoras, de modo que mais resultam em exclusão e inferiorização do que na aprendizagem e no desenvolvimento do sujeito.
14	Os resultados mostraram que escolas têm desenvolvido práticas inclusivas previstas nas políticas públicas. A avaliação do comportamento adaptativo tem ocorrido nas escolas, embora nem sempre de forma sistemática. Identificou-se que ainda há necessidade de repensar práticas pedagógicas.

Tabela 3
Categorização dos artigos recuperados quanto aos principais resultados

(conclusão)

Nº	Principais resultados
15	Demonstrou que não era especificamente a avaliação em si que discriminava as crianças, mas a forma pelo qual ela era conduzida.
16	Os resultados compreendem quinze temas, induzidos diretamente do *corpus* e alocados em três pré-categorias baseadas em estudos teóricos sobre *coping*. Houve um predomínio de menções a estratégias de enfrentamento centradas no problema e nas relações interpessoais, mescladas com estratégias centradas na emoção.
17	Os resultados obtidos neste estudo evidenciaram que a Intervenção Precoce colabora para a inclusão social de crianças com Deficiência Intelectual, Múltipla e Transtorno do Espectro Autista.
18	Os resultados indicam a participação do professor de educação especial, a partir do ensino fundamental, e o uso limitado do atendimento educacional especializado (AEE).
19	Compreender as demandas e os contextos que orientam os atendimentos a cada perfil de indivíduo e refletir sobre as estratégias utilizadas pelas pesquisadoras para atender às demandas de cada grupo.

DISCUSSÃO

Os resultados foram organizados em categorias, tais como: *Intervenções Psicológicas e Apoio no contexto da deficiência intelectual e Inclusão no cenário de deficiência intelectual* discutidos à luz da literatura sobre o tema.

Intervenções Psicológicas e Apoio no contexto da deficiência intelectual

Nessa categoria foram reunidos os artigos que abordaram as possíveis intervenções no cenário das DI's, tanto de forma teórica, como através de estudos de caso. Cinco estudos, a saber os artigos n° 9, 11, 16, 17 e 19, refletem a importância do apoio psicológico e discutem desde o diagnóstico de deficiência intelectual até as estratégias de intervenção, considerando também o papel do psicólogo e as técnicas de enfrentamento para famílias e alunos. Esses artigos sublinham o suporte emocional e clínico necessário para o desenvolvimento dos alunos e a adaptação das famílias a essa realidade. Ainda considerando as possibilidades de intervenção, no que se refere à DI, o artigo 12 apresenta uma abordagem descritiva, fornecendo informações detalhadas sobre características pré e pós-natais de crianças e adolescentes com deficiência intelectual.

A Psicologia desempenha um papel fundamental no apoio às pessoas com deficiência, atuando de maneira integrada para promover a inclusão, autonomia e bem-estar. Esse campo busca compreender as potencialidades e limitações individuais, bem como as influências

sociais e familiares, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias adaptativas e inclusivas. O psicólogo tem a responsabilidade de auxiliar na preservação da autoestima, na identificação de habilidades e na facilitação da comunicação funcional em diferentes contextos, como a família, a escola e a sociedade (Ruiz, 2008; Pádua & Rodriguez, 2013; Ribeiro & Silva, 2017).

No caso específico da Deficiência Intelectual (DI), a atuação psicológica é ainda mais relevante, considerando o impacto emocional e social que o diagnóstico pode gerar. A DI é caracterizada por um funcionamento cognitivo abaixo da média, identificado por meio de avaliação clínica, e acompanhada de dificuldades no processo socioeducativo (Silva, 2016; Camargo, Goulart & Leite, 2017). Para Rolim e Canavarro (2001), o diagnóstico pode ser vivenciado como uma ruptura significativa pela família, gerando um luto simbólico pela perda do "filho ideal". Nesse contexto, o psicólogo auxilia a família a ressignificar suas angústias, adaptar-se à nova realidade e fortalecer suas relações internas.

A família é um pilar essencial no desenvolvimento da pessoa com DI, desempenhando um papel ativo na promoção de seu bem-estar e inclusão. No entanto, a necessidade de adaptação às novas dinâmicas impostas pela deficiência pode gerar desafios significativos, como dificuldades emocionais e alterações no funcionamento familiar (Barbosa et al., 2012; Ribeiro & Silva, 2017). A intervenção psicológica busca reorganizar essas dinâmicas, identificar problemas familiares e promover estratégias para fortalecer o sistema familiar como um todo. Além disso, é imprescindível que o profissional valorize a pessoa com DI como um ser biopsicossocial, com potencialidades que devem ser exploradas e desenvolvidas (Vizzotto & Gomes, 2009; Caetano & Mendes, 2013).

Práticas de Intervenção Precoce também se destacam nesse contexto, sendo fundamentais para minimizar atrasos no desenvolvimento e potencializar habilidades nos primeiros anos de vida. Estudos mostram que a estimulação adequada contribui para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, além de fortalecer o papel dos cuidadores e promover a inclusão da criança na comunidade (Ferreira et al., 2019; Valverde & Jurdi, 2020). A participação ativa da família nesse processo é indispensável, uma vez que favorece a aceitação da deficiência e cria um ambiente mais acolhedor e propício para o desenvolvimento.

No âmbito das políticas públicas, a Psicologia também contribui para a implementação de medidas que assegurem os direitos das pessoas com deficiência. No Brasil, a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) e a adesão à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência representam avanços importantes. Entretanto, a exclusão social ainda persiste, evidenciando a necessidade de estudos e ações que promovam a plena integração desses indivíduos ao contexto social (Amaral, 2019).

Críticas ao modelo médico tradicional apontam que ele frequentemente atribui as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência exclusivamente às suas condições individuais, desconsiderando as barreiras impostas pelas estruturas sociais. Essa abordagem limita a compreensão da deficiência como um fenômeno complexo e multifacetado, que envolve tanto fatores individuais quanto contextuais. Reconhecer a deficiência como resultado de interações entre o indivíduo e o ambiente social permite ampliar as possibilidades de intervenção, promovendo mudanças que vão além do aspecto clínico para alcançar a inclusão plena e o respeito aos direitos humanos (Diniz, 2007; Gesser et al., 2019).

Nesse sentido, a inclusão educacional torna-se importante para a inserção dos indivíduos com DI, em termos emocionais no cenário educacional.

Inclusão no cenário de deficiência intelectual

Nessa categoria foram analisados os resultados dos artigos que abordaram a importância da inclusão para pessoas com deficiência intelectual.

Os artigos 1, 5, 7 e 13, são relatos de experiências e estudos de caso que exemplificam a aplicação de metodologias voltadas para a inclusão e o desenvolvimento de pessoas com deficiência intelectual. Eles oferecem exemplos concretos e práticas de campo sobre a atuação educacional especializada. A inclusão educacional de estudantes com DI representa um desafio que exige a transformação da escola e das práticas pedagógicas tradicionais. Nesse processo, a Psicologia se posiciona como um campo essencial para auxiliar na construção de metodologias e estratégias que considerem as singularidades de cada aluno, promovendo o respeito às suas limitações e potencialidades. Assim, a escola passa a se constituir em um espaço de possibilidades, onde as diferenças são valorizadas e o aprendizado é acessível a todos.

A construção de uma escola inclusiva envolve o rompimento com práticas homogêneas e padronizadas, que ignoram as individualidades. Conforme aponta Pires (2006, p. 91), “a escola para todos extingue as práticas escolares onde todos os alunos têm de dominar as mesmas aprendizagens, no mesmo ritmo e através dos mesmos métodos de ensino.” Nesse sentido, a inclusão demanda uma reestruturação do ambiente escolar e da organização curricular, que deve promover a valorização da diversidade de estilos e ritmos de aprendizagem, conforme destacado por Young (2014). Essa perspectiva possibilita um ensino que integre aspectos cognitivos, emocionais e sociais, proporcionando uma educação significativa para todos.

A Psicologia, ao enfatizar a importância das interações sociais no desenvolvimento humano, oferece subsídios teóricos que fundamentam práticas inclusivas. Vygotsky (1987) ressalta que o aprendizado adequadamente organizado ativa processos de desenvolvimento que, de outra forma, não ocorreriam, evidenciando a importância das relações interpessoais no ambiente escolar. Nessa perspectiva, o estudante com DI não deve ser visto como alguém menos desenvolvido, mas como um indivíduo que apresenta um funcionamento diferenciado, baseado em suas especificidades cerebrais e sociais (Vygotsky, 1997).

Essa visão desafia a noção de que as dificuldades das pessoas com DI são limitadas a suas condições individuais, como historicamente sugerido pelo modelo médico. Em vez disso, é necessário compreender que tais dificuldades também são moldadas por barreiras sociais, que perpetuam crenças de incapacidade, dependência e infantilização (Dias & Oliveira, 2013). A escola, nesse cenário, desempenha um papel crucial ao oferecer oportunidades para que os estudantes com DI desenvolvam habilidades práticas, interpessoais e acadêmicas, contribuindo para sua autonomia e inclusão na comunidade (Lindstrom et al., 2008).

Práticas pedagógicas inclusivas, como o uso do currículo funcional, são fundamentais para conectar o ensino às realidades dos estudantes. Essa abordagem prioriza o desenvolvimento de habilidades de vida diária e prática, como organização de materiais, higiene pessoal e participação em atividades escolares, promovendo o avanço em direção à autonomia (Bolsanelo & Ross, 2005). A elaboração de um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), baseado em uma avaliação cuidadosa das necessidades e capacidades do aluno, é uma estratégia eficaz para guiar intervenções pedagógicas adaptadas e promover o aprendizado significativo (Poker et al., 2013).

No entanto, a inclusão educacional não se limita ao ambiente escolar. O envolvimento das famílias e o suporte psicológico são componentes essenciais para enfrentar as barreiras emocionais e sociais associadas ao processo inclusivo. Como aponta Freire (1996, p.23), “não há docência sem discência”, evidenciando que o aprendizado é uma via de mão dupla, na qual professores, estudantes e suas famílias aprendem e se desenvolvem mutuamente. Além disso,

Glat (1992) observa que a superproteção por parte dos familiares pode restringir o desenvolvimento da autonomia, reforçando estereótipos de dependência e imaturidade. Assim, a parceria entre escola e família é indispensável para criar um ambiente de apoio e acolhimento. A escola deve ser compreendida como um ambiente de mudança social, onde iniciativas inclusivas favorecem o fortalecimento da cidadania e a desconstrução de preconceitos.

Nesse contexto, tornam-se destacados o foco no desenvolvimento de habilidades sociais. Os artigos 2, 6, 10 e 15, investigam o desenvolvimento das habilidades sociais em indivíduos com deficiência intelectual, com foco na adaptação social e nas percepções dos professores sobre essas competências. Os estudos examinam como essas habilidades podem ser incentivadas no ambiente escolar e quais são as implicações para o desenvolvimento pessoal e escolar dos estudantes. As habilidades sociais são destacadas pelos autores que abordam a importância de desenvolvê-las para permitir um melhor relacionamento de pessoas com DI em diferentes contextos. A infância é uma fase em que as crianças precisam desenvolver habilidades emocionais e de interação social com seus pares. No entanto, crianças com Deficiência Intelectual (DI) geralmente enfrentam dificuldades nesse processo, pois sua capacidade cognitiva está diretamente ligada à habilidade de compreender situações sociais e elaborar estratégias para reagir a elas. A interação social vai além do desenvolvimento cognitivo ou das habilidades sociais, pois é essencial para o ser humano se formar como indivíduo, pois ele depende dessa relação com o outro para se construir. A interação com os pares é importante na medida em que fornece modelos de comportamento para aprimorar e desenvolver habilidades sociais (Guaragna, Pick, & Valentini, 2005).

Pessoas com Deficiência Intelectual frequentemente são vistas com desdém e descrença pela sociedade (FERREIRA, 2003). A inclusão deve ir além de apenas acolher alguém, englobando também a necessidade de fazer com que essa pessoa seja integrada e valorizada dentro da sociedade (CRUZ; BARRETO, 2010). Para tanto, é fundamental desconstruir os discursos negativos prevalentes sobre as pessoas com Deficiência Intelectual, desenvolvendo uma visão que valorize suas habilidades e garantindo a elas o protagonismo na criação de narrativas e práticas sobre si mesmas (MELO et al., 2014).

Em muitos casos, a sociedade tende a ver a pessoa com Deficiência Intelectual através de lentes preconceituosas e estereotipadas, considerando-a incapaz e deficitária. A atenção geralmente é voltada para suas limitações, ignorando-se suas capacidades, o que leva tanto a comunidade quanto a própria família a desacreditarem de seu potencial (FERREIRA, 2003). A Declaração de Salamanca (1994) defende que o princípio norteador da educação inclusiva é que todas as pessoas devem ter a oportunidade de aprender juntas. De acordo com Oliveira (1997), o aprendizado é um processo no qual o indivíduo absorve informações, desenvolve habilidades, atitudes e valores a partir de suas experiências e interações com a realidade, ressaltando assim a importância da convivência para a formação de conhecimentos e valores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo realizou uma revisão da literatura sobre intervenções psicológicas destinadas a pessoas com deficiência intelectual, bem como destacaram a importância da inclusão nesse contexto. Os artigos foram organizados em duas categorias e discutidos à luz da literatura sobre o tema.

Os resultados da pesquisa sobre intervenções psicológicas para pessoas com deficiência intelectual refletem diversas convergências com a literatura existente, foram selecionados 19 artigos, que oferecem uma visão abrangente sobre a deficiência intelectual, abrangendo desde intervenções psicológicas e familiares até aspectos pedagógicos e sociais.

Embora cada estudo tenha um objetivo específico, todos convergem na busca por estratégias que promovam o desenvolvimento integral e a inclusão das pessoas com deficiência intelectual em diferentes contextos sociais e educacionais. O desafio comum encontrado nesses estudos foi a necessidade de adaptar práticas educacionais e psicológicas às particularidades de cada indivíduo, garantindo o respeito à diversidade e a inclusão plena.

Uma das limitações do presente estudo foi a não inclusão de estudos internacionais, bem como o fato de não terem sido abordadas intervenções diretamente às pessoas com deficiência intelectual. Contudo, a partir da sistematização dos estudos permitem que se possa delinear estratégias específicas nesse contexto, oferecendo subsídios para futuras pesquisas e intervenções que possam ser mais inclusivas e adaptadas às necessidades desse público, ampliando a base de conhecimento e promovendo avanços na área.

REFERÊNCIAS

NUNES, Edilene Magalhães; SANTOS MARTINS, Gabriela Souza; DE JESUS, Dalva Araújo; DA CRUZ, Enedina Mendes; VIANA, Bruna Alves; LIMA, Miriã. Contribuições da psicologia para o processo de inclusão da pessoa com deficiência intelectual: relato de uma experiência de estágio. Extensão em Foco, *[S. l.]*, n. 24, 2021. DOI: 10.5380/ef.v0i24.72254. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/72254. Acesso em: 1 dez. 2024.

GUSMÃO, E. C. R. et al.. Habilidades adaptativas sociais e conceituais de indivíduos com deficiência intelectual. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 53, p. e03481, 2019.

SANTOS, T. C. C. DOS .; MARTINS, L. DE A. R.. Práticas de Professores Frente ao Aluno com Deficiência Intelectual em Classe Regular. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 21, n. 3, p. 395–408, jul. 2015.

MASCARO, C. A. A. DE C. O Plano Educacional Individualizado e o estudante com deficiência intelectual: estratégia para inclusão. Revista Espaço Acadêmico, v. 18, n. 205, p. 12-22, 20 jun. 2018.

LIMA, M. DE F. T.; SOBREIRA, M. D. P. Dificuldades de Aprendizagem da Criança com Deficiência Intelectual / Learning Disabilities of Children with Intellectual Disabilities. ID on line REVISTA DE PSICOLOGIA, v. 13, n. 48, p. 294–311, 30 dez. 2019.

FREDERICO, J. C. C.; LAPLANE, A. L. F. DE .. Sobre a Participação Social da Pessoa com Deficiência Intelectual. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 26, n. 3, p. 465–480, jul. 2020.

MANZOLI, L. P.; BATISTA, B. R. de; SANTOS, C. V. dos. A prática pedagógica no atendimento educacional especializado para o aluno com deficiência intelectual. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 15, n. 3, p. 1250–1264, 2020. DOI: 10.21723/riaee.v15i3.12965. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12965. Acesso em: 1 dez. 2024.

ALBERTONI, Amanda Teles et al . ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: INTERVENÇÃO DA PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO. Bol. - Acad. Paul. Psicol., São Paulo , v. 44, n. 106, p. 51-60, jun. 2024 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2024000100006&l

ng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 dez. 2024. Epub 23-Set-2024. https://doi.org/10.5935/2176-3038.20240010.

BENITEZ, P.; DOMENICONI, C.. Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual. Psicologia Escolar e Educacional, v. 22, n. 1, p. 163–172, jan. 2018.

FERREIRA, E. F.; MUNSTER, M. DE A. VAN .. Avaliação das Habilidades Sociais de Crianças com Deficiência Intelectual sob a Perspectiva dos Professores1. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 23, n. 1, p. 97–110, jan. 2017.

MARTINS BATISTA, D.; CAFIEIRO, G. A FAMÍLIA E O DIAGNÓSTICO DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.faculdadecienciasdavida.com.br/sig/www/openged/ensinoBibliotecaVirtual/000228_624c865f84e59_045930_5f1a2875bab28_Daiana_Martins_Batista_ArtigoTCC2020.pdf>.

SCHÄFER, A. A. et al.. Pre and postnatal characteristics of children and adolescents with intellectual disability. Revista CEFAC, v. 21, n. 3, p. e1919, 2019.

KRANZ, C. R.; CAMPOS, H. R.. EDUCAÇÃO ESPECIAL, PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: O DIAGNÓSTICO E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS. Psicologia Escolar e Educacional, v. 24, p. e218322, 2020.

FONSECA, S. C.; CARVALHO-FREITAS, M. N. DE .; OLIVEIRA, M. S. DE .. Formas de Avaliação e de Intervenção com Pessoas com Deficiência Intelectual nas Escolas. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 28, p. e0032, 2022.

SILVA, E. F. E .; ELIAS, L. C. DOS S.. Habilidades Sociais de Pais, Professores e Alunos com Deficiência Intelectual em Inclusão Escolar. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 26, n. 4, p. 605–622, out. 2020.

DÉBORA GUSMÃO MELO; ELLEN ZAPPAROLI NUNES DE CARVALHO; STEPHANIA DE ARAÚJO RODRIGUES; CRISPIM ANTONIO CAMPOS; FONTANELLA, B. J. B. DEFICIÊNCIA INTELECTUAL GRAVE OU PROFUNDA: INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA DE ESTRATÉGIAS MATERNAS DE ENFRENTAMENTO . Psicologia em Estudo, v. 28, 24 jul. 2023.

INOCÊNCIO DE ANDRADE BITENCOURT, R. .; PILON REDUCINO LEME, M. .; APARECIDA NEVES, R. . A INFLUÊNCIA DA INTERVENÇÃO PRECOCE NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL. Apae Ciência, *[S. l.]*, v. 18, n. 2, p. 90–98, 2022. DOI: 10.29327/216984.17.2-12. Disponível em: https://apaeciencia.org.br/index.php/revista/article/view/377. Acesso em: 1 dez. 2024.

Vista do MAPEAMENTO DAS ESTRATÉGIAS INCLUSIVAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E AUTISMO. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/34674/pdf>. Acesso em: 1 dez. 2024.

MARX, D. S.; FREGONESI, C. T.; OLIVEIRA, M. A. O TRABALHO DA PSICOLOGIA DENTRO DA APAE: CAMINHOS POSSÍVEIS. Apae Ciência, v. 20, n. 2, 1 jan. 2023.
FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.